

03/03/2016 - 05:00

Retenção cambial alíquota zero

Por **Luiz Carlos Bresser-Pereira**

Há um ano o Brasil enfrenta uma grande recessão e busca encontrar saídas para ela. Mas o principal reajuste partiu do próprio mercado; foi a forte depreciação cambial que acompanhou a crise. Foi uma depreciação real de cerca de 40%, que tornou as boas empresas brasileiras novamente competitivas. Estas empresas enfrentavam há anos uma grande desvantagem competitiva, decorrente da tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio que existe nos países em desenvolvimento.

Agora, o mais importante no curto prazo é o governo formular e implementar uma política de ampliação do crédito para essas empresas, para que elas possam se aproveitar da competitividade recuperada para investir e se modernizar. E, ao mesmo tempo, o governo e a sociedade brasileira devem promover uma reforma cambial.

Os momentos de crise são também momentos para reformas. O governo já está envolvido em uma reforma fiscal. Duas outras reformas urgentes são a da Previdência e a da desindexação. Mas a reforma mais importante de todas é a reforma cambial - uma reforma que permita ao governo garantir às empresas que a taxa de câmbio real permanecerá no nível atual.

A crise corrigiu a taxa de câmbio, mas é preciso mantê-la nesse nível, o que só acontecerá com uma reforma

A principal causa das baixas taxas de crescimento e da brutal desindustrialização desde 1990 foram uma baixa taxa de investimento, a qual, por sua vez, decorreu de expectativas muito baixas de lucro das empresas industriais devido a uma taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo e a uma taxa de juros muito alta.

A crise corrigiu a taxa de câmbio, mas agora é preciso mantê-la nesse nível - algo que só será possível se o Brasil fizer uma reforma cambial que dê ao Estado poderes para isto.

A brutal apreciação cambial que ocorreu desde 2005 confirmou mais uma vez a existência da tendência à sua sobreapreciação cíclica e crônica (no longo prazo) nos países em desenvolvimento. Sua principal causa foi uma doença holandesa não neutralizada no Brasil desde 1990, quando o mecanismo de neutralização - uma retenção cambial que os cafeicultores chamavam de "confisco cambial" - foi abandonado. Denomino a última forma que esse mecanismo assumiu, entre 1967 e 1990, "mecanismo Delfim Netto". Era baseado em tarifas de importação elevadas e grandes subsídios à exportação de manufaturados.

A reforma cambial deve fazer duas coisas: uma lei criando o Conselho Cambial Nacional, semelhante ao Conselho Monetário Nacional, ao qual caiba definir a política cambial, e criando uma retenção sem fins fiscais sobre as exportações das commodities que dão origem à doença holandesa.

A doença holandesa é uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio de um país causada pelo fato que seus recursos naturais abundantes e baratos lhe permitem exportar commodities a uma taxa de câmbio (equilíbrio corrente) substancialmente mais apreciada do que aquela que é necessária para as empresas industriais que utilizam tecnologia no estado-da-arte mundial (equilíbrio industrial ou competitivo). Se o Estado estabelece uma retenção variável por dólar exportado igual à gravidade da doença holandesa, o custo da commodity aumenta, sua curva de oferta se desloca para a esquerda e a taxa de câmbio vai para o equilíbrio industrial ou competitivo e a doença holandesa é neutralizada.

No tempo do confisco cambial, não existia uma teoria sobre a doença holandesa, e ela era neutralizada de forma intuitiva.

Hoje essa teoria existe e o momento ideal para colocá-la em prática e impedir que a taxa de câmbio volte a se apreciar devido ao aumento do preço internacional das commodities é agora.

A lei que estabelecer a retenção cambial sobre a exportação de commodities deverá conter uma tabela de faixas de preços internacionais para cada commodity e a respectiva alíquota. Aos preços que estão hoje, para o minério de ferro e a soja, cujos preços caíram brutalmente, a alíquota seria zero.



Esta retenção cambial impedirá que a taxa de câmbio volte a se apreciar devido ao aumento dos preços internacionais por uma razão muito simples. Sempre que os preços internacionais aumentarem, a retenção cambial impedirá que o exportador ganhe um lucro extra; em consequência, sua oferta não aumentará (não se deslocará para a direita), e isto impedirá que o real se valorize eliminando o lucro extra.

Em outras palavras, quando o preço internacional subir, do lado da oferta, produção e exportação da commodity não proporcionará um lucro extraordinário e de curta duração, porque, do lado da demanda, os importadores saberão do imposto e não poderão fazer o que fazem sem a retenção: forçar o preço internacional para baixo, porque sabem que isto não impedirá que os produtores continuem a produzir.

É importante assinalar que essa retenção cambial não teria objetivos fiscais. O Estado não aumentará sua arrecadação com ele a não ser nos momentos em que os preços internacionais das commodities estiverem altos. Enquanto os preços forem relativamente baixos, sua alíquota será zero.

É importante, também, salientar que quando o preço da commodity subir, o exportador brasileiro não pagará o imposto em termos líquidos, porque o que ele pagar lhe será devolvido em termos da não-queda do preço em dólares da commodity. É verdade que ele deixará de lucrar devido a esse aumento do preço, mas esse lucro terá curta duração, porque o preço internacional logo cairá. E o produtor continuará recebendo em moeda corrigida pela inflação um preço satisfatório para sua produção.

Ao mesmo tempo, ele terá muito mais segurança ao produzir, porque a lei que estabelecer as tabelas de retenção deverá também criar um fundo de estabilização para as commodities, que defenda o produtor de uma queda violenta do preço internacional que torne sua produção antieconômica mesmo com retenção zero.

O momento ideal para se fazer esta simples mas decisiva reforma do sistema cambial é agora porque a alíquota de retenção cambial será zero. Mesmo considerando a crise política atual. O governo, ao neutralizar a principal causa das baixas taxas de crescimento desde 1990, mostrará que está pensando a médio prazo - e que tem uma política que garantirá a reindustrialização do país e, com isso, a retomada do desenvolvimento.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor emérito da FGV, foi ministro da Fazenda e da Administração federal